



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Relatório

(SEC/2008/2993 FIN) Regulatory Concerns raised during the Consultation Process on a future Maritime Policy for the European Union

Preocupações sobre regulamentação, levantadas durante o Processo de Consulta sobre a futura política marítima para a União Europeia

Na sequência de legislação aprovada em 2006, a Assembleia da República emite pareceres sobre matérias da sua competência pendentes de decisão, ou em processo de formulação, em órgãos da União Europeia.

Procura-se, por essa forma também, dar aplicação prática ao princípio da subsidiariedade e da complementaridade, desde sempre considerados fundamentais na prática legislativa e regulamentar da União Europeia.

Por essa razão tem sido prática comum da nossa Assembleia da República a distribuição, pelas Comissões especializadas, de documentos da União, em fase de apreciação pelos Parlamentos nacionais.

A Comissão de Defesa Nacional recebeu da Comissão de Assuntos Europeus o presente documento, tendo sido designado como relator o signatário do presente relatório.

O mar e a política marítima são questões decisivas para a União Europeia, e para os seus Estados membros. Por maioria de razão para aqueles que, como Portugal, têm uma ligação directa com o oceano. Portugal é aliás o país da União Europeia com a maior Zona Económica Exclusiva, no Oceano Atlântico

O documento, sobre o qual este relatório se debruça, dá conta das preocupações que, em matéria regulamentar, teve o processo de consulta sobre a futura política marítima, para a União Europeia.

A Comissão desenvolveu, durante um ano, um processo de consultas e adoptou mesmo o chamado Livro Azul, acompanhado de um Plano de Acção, em Outubro de 2007.

A simplificação, e uniformização regulamentar, sobre as questões ambientais relacionadas com o mar e os oceanos estão já em curso de desenvolvimento.

O documento, objecto de análise neste relatório, dá-nos conta da pluralidade, e diversidade, de entidades representativas da União, consultadas sobre esta matéria.

Também da dificuldade, e imensidade, desta tarefa. Que vai das questões que têm que ver com a preservação do património histórico marítimo, às questões relacionadas com os vários sistemas sociais que abrangem os profissionais do mar.

O documento em questão garante-nos que as sugestões resultantes deste processo de consulta foram encaminhadas para os serviços respectivos da Comissão Europeia que as terá em conta.

Sublinhe-se que, em termos de avaliação futura de preocupações expressas neste processo de consulta desenvolvido pela Comissão, nos é assegurado que esta continuará a relação de diálogo interactivo com as principais instituições representativas deste sector.

Estamos, portanto, neste caso concreto perante um documento que é fundamentalmente de natureza metodológica e descritiva.

A política do mar e dos oceanos, a política marítima, tem hoje uma importância, vastidão, e complexidade, que tornam não despidendas as abordagens metodológicas no que diz respeito aos processos legislativos, e regulamentares, que lhe dizem respeito. Tanto mais quanto é imensa, quer em termos nacionais, quer institucionais, a lista dos parceiros possíveis neste processo.

O mar, os transportes marítimos, as pescas, a investigação, os portos, e outros tantos temas conexos, representam um imenso desafio para a União Europeia. E também uma espantosa oportunidade para as suas instituições representativas. Pelo que não se compadecem com lacunas, diversidades de abordagem, e de meios, de uma gestão política e administrativa disseminada em termos nacionais. E tantas vezes estrita, e estreitamente sectorial.

Carece-se nestas (como aliás em tantas outras) áreas de uma visão estratégica larga. Capaz de definir, com a clareza e simplicidade possíveis, princípios e orientações para o desenvolvimento de uma política europeia do mar.

Portugal como nação marcadamente marítima (embora infelizmente pouco praticante nos últimos decénios) tem que ter uma palavra a dizer sobre este tema.

Sublinha-se no documento em questão a absoluta falta de referência a qualquer contributo com origem em instituição portuguesa.

Pelo que se sugere a remissão deste, e de outros documentos conexos, para as instituições nacionais representativas do sector em Portugal, nomeadamente a Marinha, a fim de que possam ainda ver integrados neste processo os contributos que entendam por bem dar quanto a este tema.

Conclusões

Tendo em conta que Portugal, e nomeadamente o Governo da Republica, tem procurado acompanhar as orientações definidas pela Comissão Europeia em matéria de Assuntos do Mar.

Que o Governo português atribuiu ao Ministro da Defesa a coordenação dos assuntos do Mar. Criando mesmo uma Secretaria de Estado da Defesa e dos Assuntos do Mar.

A Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da Republica revê-se na correcção das decisões já assumidas pelo Governo nesta área.

Manifesta a sua concordância, e confiança, no processo metodológico interactivo, aberto e dialogante, desenvolvido pela Comissão Europeia nesta área.

Exorta o Governo, e as instituições representativas do sector do Mar, a empenharem-se ainda mais neste processo, no quadro de uma postura política pró-activa.

Apelando ao contributo de instituições de investigação, e Universidades, que possam assegurar a marca de um contributo nacional á altura nas nossas responsabilidades históricas.

E à dimensão dos nossos interesses nacionais.

Para que se possa cumprir aquele que é o nosso “destino”, na Ocidental praia lusitana...e por mares nunca dantes navegados.

Parecer

Atento o exposto, a Comissão de Defesa Nacional é de parecer que o presente relatório se encontra em condições de ser remetido à Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus para seu conhecimento e apreciação.

Palácio de S. Bento, 14 de Fevereiro de 2009

O Deputado Relator

O Vice-Presidente da Comissão

(João Soares)

(João Rebelo)